

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 29

A POSIÇÃO DO NORDESTE NA ECONOMIA NACIONAL

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

Mar/ 84

anpec
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
de centros de
pesquisação
em economia

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

A POSIÇÃO DO NORDESTE NA ECONOMIA NACIONAL

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

RESUMO:

As transformações experimentadas pela economia brasileira no período de 1960 a 1980 resultaram em profundas modificações nas posições relativas das regiões. A própria noção de região varia: frente ao impulso de expansão da influência da região de São Paulo, surgem espaços econômicos em outras regiões que lhe estão diretamente articulados. Mais ainda, intensificou-se a interpenetração econômica entre regiões. No comércio da década de 1980 o Nordeste não dispõe de opções de programas e projetos comparáveis aos do Oeste ou da Amazônia. Ao mesmo tempo, defronta-se com a crise que reduz o uso da capacidade instalada e o mercado, excluindo qualquer possibilidade de continuar com os estilos de planejamento das décadas anteriores. Torna-se necessário atentar para o fato de que a formação de capital na região voltou-se, outra vez, para a economia rural, agora, entretanto, como produto de novo tipo de expansão do capital financeiro. Assim, é necessário encontrar novo perfil de organização da economia do NE, que lhe permita expandir-se na nova economia brasileira. Ressaltar-se a necessidade de revisar as inter-relações entre o crescimento econômico e a geração de emprego. Apresentam-se propostas para revisar a análise e a política de desenvolvimento da região, procurando-se aprofundar na diversificação da economia do NE, diluindo sua atual concentração em poucas cidades industriais.

1. PRELIMINARES

O principal propósito destas notas é contribuir para a renovação da discussão de problemas sociais e econômicos do Nordeste, desenvolvidas a partir de um exame de sua inserção na economia nacional. Reúnem observações sobre o perfil e a significação de transformações recentes da economia nacional e suas manifestações específicas no espaço social nordestino.

As características de recorrência de elementos de grande pressão financeira sobre a economia nacional - às vezes identificados com incidências críticas de ciclo econômico - puseram em destaque o binômio setor externo-nível da demanda interna, e, por extensão, as modalidades como se

desenvolve a participação da economia brasileira nos mercados oligopó-
licos internacionais.

Ao substituir a análise habitual das posições relativas de regiões mul-
tiestaduais, como Nordeste e Centro-Sul, pela análise das manifestações
espaciais das transformações da economia nacional, torna-se evidente que
o conceito de regiões geográficas multiestaduais invariantes, (1) típico
da análise regional dos últimos decênios - tanto física social - mostra
algumas deficiências incontornáveis. Primeiro, atribui à região, em seu
conjunto, características que correspondem apenas a algumas de suas par-
te. Segundo, aceita como válidos parâmetros setoriais que, somente em par-
te, podem ser identificados com o perfil da região. Terceiro, restringe
a análise dos processos sociais à discussão de seus aspectos externos, ime-
diatamente visíveis, dando valores equivalentes aos aspectos espaciais e
aos econômicos, sem entrar no mérito das relações entre eles.

Há, portanto, fortes razões para se conceber que a crítica do conceito
invariante de região se diferencie, nitidamente, das simplificações daque-
las análises que ficam em um manejo globalista da categoria de acumulação
de capital, sem reconhecer validade aos elementos específicos de região
que caracterizam o problema. Esta simplificação bem ao gosto de trabalhos
se crítica econômica de década de 1970, omite os elementos sócio-econômi-
cos e sócio-antropológicos, que são essenciais à profundidade histórica
da região e de suas sub-regiões, reduzindo a crítica regional à mera par-
ticularização de um argumento global. Na medida em que se distancia da in-
terpretação das concretizações sub-regionais, urbanas e rurais, esta sim-
plificação permanece também como uma manifestação externa à realidade re-
gional, de fato, trabalhando com aquela visão centralista que aparentemen-
te critica.

(1) Na prática é o sentido de invariância da extensão de um determinado território - como
o caso, o Nordeste - que é transferido, sem crítica, para a análise social. De um pon-
to de vista da análise social, questiona-se quanto o Nordeste físico é realmente o
Nordeste histórico; ou quais são as dimensões territoriais do Nordeste histórico.

2. OS REAJUSTES DA ECONOMIA NACIONAL E SEUS EFEITOS REGIONAIS .

Pode-se dizer que a economia nacional passa por um conjunto de transformações consequentes com as transformações da economia mundial - ou mais precisamente, da economia capitalista - e ao modo como se integra nessa economia mundial. A essa escala de generalidade, encontra-se um contexto de problemas próprias das transformações econômicas identificadas com o desenvolvimento, como a estruturação de relações financeiras internacionais, o perfil da demanda mundial de alimentos e o panorama de acordos internacionais de produtos e tarifas, que se refletem na formação de cada economia nacional. Os fatos relativos a estas questões são não só do domínio público como permitem fazer algumas observações sobre as perspectivas da economia regional do Nordeste, em seu conjunto, tal como são agora.

A atual crise econômica polariza as atenções e dificulta perceber a trajetória econômica que levou à crise, bem como a dinâmica econômica que é própria dessa crise. Mas convém lembrar que:

- a) agravou-se a defasagem da agricultura a nível mundial, em relação ao crescimento da população com a urbanização e em relação com a utilização de bens não-agrícolas. Concomitantemente agravaram-se os problemas de contaminação, de desertificação e de destruição, parcial ou total, de terras agricultáveis de alta qualidade, próxima das grandes cidades. Em seu conjunto, é uma destruição econômica da qual não se tem qualquer medida aproximada;
- b) houve um deslocamento dos pontos de maior absorção de investimento na indústria, com um peso cada vez maior para as indústrias de tecnologia mais complexa, reduzindo as margens de viabilidade econômica das indústrias de bens simples, geralmente identificados com o conceito de bens-salário. Este deslocamento implica maior densidade de capital por homem ocupado e, portanto, numa queda do efeito-emprego dos investimentos, mostrando assim, como a sustentação da taxa de poupança coincide com uma queda paulatina na capacidade da economia para criar empregos. É um deslocamento que implica, também diminuição relativa da produção dos aludidos bens-salários e a seu conseqüente maior preço relativo;

- c) a partir dos efeitos crescentes da urbanização, houve uma maior pressão por gastos públicos, tanto em infra-estrutura econômica, como nos chamados setores sociais, que se refletiu num notório deslocamento na composição dos investimentos públicos, tal como se observa nos projetos internacionais;
- d) o grande aumento nos tamanhos econômicos mínimos das plantas industriais — que se reflete em elevação dos níveis de indivisibilidade dos investimentos — favoreceu os esquemas monopolistas de investimento, estreitando a faixa de alcance das indústrias médias e, portanto, tornando mais difícil a realização de projetos industriais significativos nos países semi-industrializados, submetidos à antes aludida estreiteza de balança de pagamentos. (2)

Em síntese, estes elementos descrevem um quadro de crescente dificuldade para os países semi-industrializados, em cujo âmbito torna-se necessário examinar quais principais reajustes econômicos conduziram as principais transformações da economia nacional nos dois últimos decênios.

2.1. O Reajuste Energético

O tipo de crescimento da economia tem levado, tendencialmente, a um estrangulamento energético, devido à escassez de recursos de combustíveis fósseis, à indivisibilidade dos investimentos em produção de energia hidroelétrica e à concentração dos usos de energia nos setores urbanos em expansão. A crise do petróleo simplesmente desvendou este bloqueio, mostrando como o planejamento a médio prazo da expansão da capacidade corre o risco de ficar defasado dos movimentos cíclicos da economia.

As principais opções de desenvolvimento de grandes sistemas e de grandes unidades de produção estão na Amazônia, ou, em todo caso, em regiões cujo crescimento é articulado com o da região econômica de São Paulo.

As opções globais de condução do perfil energético do país têm que ser vistas como parte de um movimento que não afeta sua economia rural, em uso de terras e em produção local de energia. Na medida em que as grandes opções de política levam, também, de modo exclusivo, a grandes projetos, no

(2) A expressão é usada para indicar as diferenças de heterogeneidade do capital, que distinguem as economias que combinam elevados níveis de industrialização com um capital financeiro maduro, aqui denominadas de desenvolvidas; as que têm elevados níveis de industrialização, mas não têm controle significativo sobre os movimentos do capital financeiro, aqui, simplificada mente, chamadas de semi-industrializadas; e, finalmente, as economias pouco industrializadas, pouco heterogêneas, claramente em condições de subdesenvolvimento mais agudo.

campo hidroelétrico como no nuclear, no da produção de petróleo ou no da produção de álcool, torna-se mais difícil visualizar reais alternativas à base de programas compostos de pequenos projetos. Esta situação afeta particularmente o Nordeste, que tem escassas possibilidades de realizar grandes projetos e que, pelo contrário, necessária da proliferação de pequenos projetos, que componham um novo estilo de economia rural, melhor adaptado para aumentar a resistência da economia regional às secas. Registra-se, portanto, a ausência de projetos de pequenas unidades de produção de energia para uso local, tanto no meio rural como no urbano, bem como destaca-se a falta de industrialização dos materiais disponíveis para complementação econômica de projetos.

2.2. O Reajuste Intersectorial

Um exame dos resultados da economia brasileira, no período de 1960 a 1980, permite destacar os seguintes aspectos:

- a) aumenta a participação da indústria na formação do produto interno bruto, mas também aumenta a significação estratégica das exportações primárias, dadas as limitações da indústria como geradora de exportações, bem como seus elevados custos em componente importado. Observa-se que o maior crescimento das exportações foi de bens primários e de bens classificados como manufaturados, mas com pequeno valor adicionado de transformação. Paralelamente, observa-se que o coeficiente de importação da indústria foi mais rígido, por corresponder a produtos de tecnologia mais complexa, que têm sido os de maior dinamismo industrial. Ao mesmo tempo, em forma convergente com estes fatos, observa-se que a atual pressão sobre a balança de pagamentos também tem um componente importado, conseqüente do uso de componente importado na mineração e em algumas obras de infra-estrutura. Assim, por contraposição, a contribuição da agricultura na produção de divisas tornou-se estrategicamente mais importante na sustentação do nível da atividade econômica, que o fora em etapas anteriores da industrialização;
- b) no campo da indústria, aumenta o peso relativo da indústria pesada, da indústria de materiais de construção e, em geral, das indústrias de tecnologia mais complexa, na formação do produto industrial. A própria criação de indústrias novas vai ao

encontro de estímulos derivados de programas específicos — como o programa energético — e não explora sistematicamente as inter-relações entre linhas de produção industriais⁽³⁾

- c) aumenta o peso relativo da agricultura comercial que opera com poucos produtos de qualidade "standart", como a soja e mesmo a produção de produtos tradicionais, como o feijão e o arroz, comparada com o valor dos produtos de maior valor por peso. Concomitantemente, aumenta o peso relativo da economia rural extensiva, comparado com o crescimento do valor adicionado por ganhos em rendimentos na agricultura e na pecuária intensiva, a nível nacional. Observa-se que, a nível regional do Nordeste, a proliferação da agricultura comercial homogeneizada tende a substituir — ou desestruturar — a agricultura praticada pelos pequenos produtores tradicionais.

2.3. Os Reajustes Territoriais

Historicamente, a estrutura espacial da economia fora determinada por linhas de penetração e zonas de expansão comandadas, direta ou indiretamente, pelas relações com o exterior.

Os movimentos da economia, no período de 1950 até o presente, foram marcados pela industrialização, mas, principalmente, desde a década de 1970, foram afetados por reajustes internos, em que a apropriação de terras para a economia rural passou a ser comandada por movimentos de expansão de base capitalista da economia, que não são comparáveis com os dos decênios anteriores.

Nesse último decênio, a economia nacional teve notável expansão de sua base territorial, com a abertura de terras novas e com a intensificação do capital aplicado na economia rural. Agora esta expansão combina os efeitos da relação externa com a pressão da demanda interna, conduzida, em grande parte, pelo tipo de industrialização.

(3) A ênfase em programas e projetos tende, por vezes, a obscurecer as funções do tradicional planejamento setorial, destinado, justamente, a operar sobre estas vantagens intersetoriais. É um aspecto que se torna mais visível ainda na escala regional, onde a falta de determinados projetos de efeitos indiretos pode significar o estrangulamento e o aumento da dependência da economia regional em seu conjunto. Esta, uma das razões de maior peso nas dificuldades enfrentadas pelo Nordeste para consolidar sua produção de produtos básicos para consumo regional.

Assim, é um reajuste territorial que responde(i) às necessidades de terras para criar alternativas de aplicação de capital, tanto da indústria como dos setores de prestação de serviços;(ii) às pressões de intercâmbio, reveladas pelos desequilíbrios de balança de pagamentos; e(iii) pelo crescimento real da demanda interna de produtos agropecuários.

Com esse dinamismo, a demanda de terras expandiu-se, incorporando terras no Norte, no Centro e no Oeste, assim como tendo importante repercussões no Nordeste em geral, especialmente no Maranhão e na Bahia.

Esses grandes movimentos de reajustes territoriais afetam o Nordeste, principalmente na forma de substituição entre diferentes tipos de agricultura e entre agricultura e pecuária, substituindo a visão tradicional da economia rural do Nordeste de zonas agrícolas de formação histórica pela de zonas de projeto, em que a expansão agrícola responde a impulsos oriundos do setor público e de um cálculo econômico de transferência de investimentos da economia urbana para a rural.

Concretamente, torna-se agora indispensável rever o esquema de organização territorial da economia rural do Nordeste, principalmente comparando o padrão de povoamento tradicional com os novos focos de atração de população, em função da indução de programas e projetos de diferentes tipos, em produção e em infra-estrutura.

3. AS PERSPECTIVAS DO NORDESTE

3.1. Significado Atual e Perspectiva da Região em seu Conjunto

A imagem de coerência do Nordeste tem dois fundamentos, mutuamente não-contraditórios, que são os elementos de convergência da formação social histórica e a base geofísica. A imagem atual de perspectivas econômicas do Nordeste é inseparável de uma opção de interpretação acerca da validade dessa coerência e de seu conteúdo nas transformações da economia nacional em seu conjunto.

A imagem comum de um Nordeste historicamente contínuo tem seus fundamentos na estruturação política da República Velha, captada pelas políticas de obras do Governo Federal e ainda, pelo planejamento econômico do decênio de 1950. Seus fundamentos estariam (i) numa identificação da estrutura política estadual e do aglomerado mult.-estadual com os problemas sociais regionais; (ii) na existência de um perfil de características so-

ciais, políticas e econômicas, que "qualificam" as políticas econômicas de porte federal, ou que estabelecem condicionamentos específicos para as políticas econômicas e sociais estaduais.

No momento atual, a pertinência de uma análise do Nordeste, tomado como espaço regional unitário, está limitada pelas restrições da política federal e pela diversidade de formas como a economia tradicional reage frente às transformações da economia nacional.

Mais que nunca, é necessário confrontar os aspectos de complementaridade ou de isolamento, entre o trópico costeiro úmido e o semi-árido; bem como os aspectos de trajetória dos gastos públicos e privados na região.

Ao nível de uma lógica de uma política econômica e social para a região em seu conjunto, a consistência dessa perspectiva regional passa a depender, cada vez mais, da disponibilidade e da viabilidade de propostas de política econômica que (i) harmonizam o uso do fluxo financeiro com alternativas de produção que ampliem o componente de auto-suficiência de região em seu conjunto — principalmente em alimentos — e, direta ou indiretamente, revertam em fortalecimento dos sistemas de comercialização da região; (ii) permitam perceber sequências de projetos em lugar de projetos isolados, ou seja, ofereçam soluções no campo agroindustrial suficientes, idôneas, para combinar a concentração de capital com o aumento da capacidade para criar empregos; (iii) permitam considerar os fluxos de capital e de mão-de-obra como em circuitos à escala da região em seu conjunto e, portanto, em forma mais identificada e prioritária, em relação a outros Estados e outras regiões do país.

Como é evidente, essas condições não se dão e, dificilmente podem dar-se num período em que aumentam a integração e a concentração do capital financeiro, em sua organização nacional e em articulação internacional. A implantação de sequências de projetos à escala do Nordeste, em seu conjunto, depende de escalas de planejamento setorial e regional, em que se combinem planos de escala estadual, outro requisito dificilmente alcançável.

Impõe-se, portanto, substituir essa imagem regional estática por outra mais realista, em que se considerem as reais inter-relações entre os

programas econômicos de escala regional e a significação regional dos espaços por eles articulados. Em outras palavras, a crítica do conteúdo "regional" do desenvolvimento regional mostra limitações indiscutíveis, justamente pela virtual impossibilidade de se conceberem agora programas regionais "nordestinos" que ignorem as restrições nacionais de financiamento no plano econômico e de estruturação política na estruturação política estadual.

3.2. A Perspectiva Sub-Regional do Nordeste

As limitações do esquema regional, bem como a correta captação do perfil espacial das transformações da economia nacional, mostram a necessidade de se desenvolverem raciocínios contrapostos, que coloquem os problemas econômicos em escalas territoriais mais representativas das transformações em curso da economia nacional. Genericamente, estas escalas territoriais são as das sub-regiões econômicas, e correspondem aos espaços históricos que sustentam a imagem genérica do Nordeste e mesmo a dos Estados nordestinos, cada um em seu território.

O conceito de sub-região é ainda mais fluido que o de região, se bem que no caso do Nordeste, como é sabido, ambas as expressões sejam usadas para denominar realidades totalmente diferentes umas das outras, inclusive, impedindo que se possam hierarquizar escalas territoriais.

A expressão região é usada para designar o próprio Nordeste, o além-São Francisco e a Região Metropolitana de Salvador. Logicamente, essa confusão se transfere ao âmbito de uso do conceito de sub-região e à relação entre ambos. No entanto, há aspectos essenciais da colocação dos problemas econômicos e sociais do Nordeste, que exigem referências espaciais mais claras e ordenadas e que, especificamente, permitam enunciar as diferenças entre os aspectos formais do quadro regional tradicional e as transformações em curso, e que permitam mostrar as ordens de importância dos movimentos concretos de expansão do capitalismo, tal como chegam ou como se dão no Nordeste.

Assim, para articular uma revisão mais ampla da posição atual do Nordeste na economia nacional a revisão da categoria sub-regional é fundamental (i) para situar o entrelaçamento entre os planos social, histórico e ecológico; (ii) para fundamentar uma problematização das diferentes manifestações do Estado — federal, estadual e local —, no modo como se superpõem e coexistem em cada espaço histórico. Concretamente,

cabe considerar que a crítica e o uso do conceito de sub-região permitem escapar do determinismo formal da análise regional convencional e usar o plano espacial para formular juízos críticos sobre a dinâmica social.

4. A SITUAÇÃO ATUAL

Uma proposta de exame da situação atual implica, como é evidente, escolhas tácitas de modelo teórico e de método. Procura-se aqui pôr ênfase na dinâmica da relação sociedade-meio físico e no papel que desempenha a concentração de capital como instância colateral ou antecedente da explicação dos mecanismos de acumulação regional.

4.1. O Esgotamento de Modelos Regionais

A colocação genérica sobre o esgotamento de modelos regionais engloba diferentes observações, sobre componentes da formação histórico-espacial nordestino, tais como: (i) a relação tradicional latifúndio-manifúndio e a concomitante relação entre a produção de alimentos e a de produtos de exportação; (ii) a relação entre agricultura tradicional e formação de uma base de capitalismo mercantil, protegido pelas distâncias entre regiões no país em seu conjunto; e (iii) a relação entre o perfil atual da acumulação de capital e a continuidade e o aprofundamento dos padrões conhecidos de concentração de capital. Possivelmente, é uma colocação que permite analisar, de modo concomitante, fenômenos tais como:

- a) a crescente perda de viabilidade de modalidades de economia urbana tradicional, baseadas numa integração da indústria de escala regional com uma demanda organizada em bases sub-regionais. É a organização econômica que sustentou um estrato importante de ocupação às vezes caracterizado como artesanato e outras vezes como pequena empresa. A atual tentativa de fortalecer a pequena empresa, na realidade, constitui um esforço para substituir aquela organização regional por uma atividade alternativa apoiada pelo Estado;
- b) as bem conhecidas dificuldades de sustentação de uma economia rural de pequenos produtores, mesmo quando ela está orientada para gerar produtos cujo mercado se expande continuamente. A viabilidade e a continuidade dos pequenos produtores ficam, cada vez mais, na dependência do dinamismo da agricultura moderna, pelo que ela ou retém as relações de articulação com o sistema de comercialização, ou retém as opções de emprego e remuneração familiar para a mão-de-obra rural;

- c) a concentração do sistema bancário e seus efeitos sobre a estrutura da empresa, no que ela deve acompanhar uma diversificação de linhas de atividades e de produtos, para seguir o crescimento de um mercado concomitante com elevadas margens de concentração de renda. A concentração do sistema bancário se traduz no desaparecimento e absorção de bancos locais e na predeterminação das linhas de crédito, bem como na predominância de cálculos de custos de operação baseados na operação dos grandes bancos;
- d) a presença do Estado — que cada vez é menos de um Estado consequente a uma estruturação local de poder —, para representar uma estruturação nacional de política econômica. Com isto se reduzem sensivelmente as margens para a realização de uma política econômica regionalmente concebida, com prioridades estabelecidas nas próprias regiões.

Em seu conjunto, esses elementos mostram a perda de vigência de esquemas de desenvolvimento que pareceram antes ser viáveis. É evidente que não se pode mais tratar os problemas do Nordeste a partir de uma dinâmica social local, como foi possível antes que tivesse lugar essa integração do capital financeiro.

4.2. O Quadro Rural

Assim como antes se isolaram as questões sociais de cada região, também se isolaram as questões da economia rural, como se elas pudessem ser explicadas separado do quadro urbano. Entretanto, o quadro rural do Nordeste tem se modificado radicalmente, em parte como consequência de movimentos nacionais de demanda de terras e de reserva de valor de terras; em parte, refletindo a pressão do uso de terras para pecuária extensiva e outros usos, como o reflorestamento; e ainda, como resultado de um acirramento da concorrência, que torna prioritário o movimento de concentração de capital nas propriedades rurais.

Em termos nacionais, o Nordeste é a região que tem menos terras em relação à sua população atual e é das mais prejudicadas pela concentração fundiária. Mas, comparado com países da América Latina, é uma região que não tem qualquer limitação de escassez de terras que lhe impeçam de ser auto-suficiente em alimentos. É possível desenvolver diver-

so raciocínio sobre alternativas da economia rural no Nordeste, desde que, uma vez revisadas essas restrições físicas, sejam consideradas alternativas de produção baseadas em usos prioritários de diferentes tipos de terras e segundo sua proximidade dos centros de consumo. É necessário lembrar que, em diversas das sub-regiões mais férteis dos Estado do Nordeste, (4) tem havido substancial transferência de terras de agricultura produtora de alimentos para pecuária e para reflorestamento, um movimento obviamente contraditório com a atual situação de aguda carência alimentar da região.

A análise do quadro geral de usos de terras ajuda explicar alguns elementos mais importantes do quadro geral do emprego e da formação social da renda familiar no campo.

Essa análise mostra como se tem ampliado a diferença entre a progressão de formação da renda total do setor e da renda familiar, com uma queda do efeito emprego dos investimentos. Outrossim, mostra como se amplia a diferença entre o uso total de terras e o crescimento real do produto agropecuário.

A entrada de cultivo industriais no Nordeste deve ser analisada em função de alternativas que permitam ampliar o valor adicionado na região. Por exemplo, algodão, comparado com soja; e pecuária extensiva comparada com cana-se-acucar, com as consequências previsíveis de proliferação de solução isoladas, cultura por cultura, em que a comercialização está cada vez mais atada a sistema que incentivam um ou outro produto, mas que não contemplam alternativas entre produtos, ou combinações de produto. É notório que durante a década de 1970 a economia rural do Nordeste se beneficiou de consideráveis investimen

(4) A expressão sub-regiões é usada aqui para designar aqueles espaços geoeconômicos contínuos e razoavelmente homogêneos, que, geralmente, constituem os pontos de maior profundidade histórica e articulação social do Nordeste. Assim, de modo não muito rigoroso, aplica-se esta expressão para indicar o Recôncavo Baiano, a Zona da Mata no Nordeste, o vale do Cariri no Ceará, a Baixada Maranhense e outros.

tos - nas mencionadas culturas industriais mas não realizou uma integração, a nível regional, entre estas novas linhas de produção e um sistema de comercialização que garante o vínculo entre a expansão da economia rural da região e sua renda urbana. Cada vez mais, a formação da renda rural esteve vinculada com os principais centros urbanos do país, principalmente através da integração do sistema bancário.

4.3. As Perspectivas Industriais

A crescente desvinculação entre o crescimento da agricultura e a formação da renda urbana contribuiu para aumentar indiretamente a importância relativa dos setores industriais de tecnologia avançada na indústria do Nordeste. Bem considerando que a expansão desses setores - como o exemplo do complexo petroquímico na Bahia - responde a uma lógica de política industrial nacional, é inevitável pensar que o dinamismo do setor industrial em seu conjunto, no Nordeste, fica subordinado a fatores exógenos ao desempenho das indústrias localizadas na região.

Concretamente, são níveis de investimento na indústria da construção civil decididos por razões institucionais-políticas a nível ; e são conjuntos de investimentos - como os mencionados, nos conjuntos polarizados de indústrias - que procedem de uma lógica global-setorial da política nacional de investimento, em que tampouco são importantes os elementos econômicos do desempenho da economia regional.

Dáí decorre um dilema da industrialização na região, em que por um lado aparecem as razões - derivadas da consciência da pobreza da região - que levam a justificar as reivindicações de mais investimentos; e por outro, aparecem as derivadas de uma análise mais profunda dos mecanismos da industrialização, em que se questionam as vantagens de continuar uma política industrial regional indiscriminada.

O clima recessivo em que agora se move a economia nacional - sobejamente previsto em anos anteriores - mostra perspectivas extremamente pessimistas para a indústria no Nordeste. A concentração do mercado nacional total faz que as indústrias de São Paulo, melhor articuladas com o capital financeiro, acirrem seu perfil competitivo , seja disputado mais as opções de mercado interno, seja mostrando, maior

agressividade em relação a opção de exportação. A bem conhecida ampliação das margens de capital ocioso nas indústrias de bens de capital estabelece uma prioridade indiscutida, de tratar sempre a relativização da economia nacional através da reativação desse parque instalado no Centro-Sul, portanto, adiando quaisquer considerações de assumirem-se os custos de implantar um parque industrial nacionalmente competitivo no Nordeste.

Na medida em que as perspectivas industriais do Nordeste foram examinadas por separado dessas condições cíclicas - o que não parece ser uma atitude realista - , elas ficam, de qualquer modo, atreladas a opções compatíveis com o nível de heterogeneidade do capital na região. Isto significa que, na prática, as opções de política continuam sendo muito pouco articuladas. Pode-se pensar em propostas de industrialização que diversifiquem e aprofundem a estrutura agroindustrial ou minero-industrial, portanto, com projetos bastante próximos do desempenho econômico do setor primário na região. Podem-se também conceber projetos isolados, complementares dos subsetores industriais de ponta. Mas dificilmente poder-se-ia articular uma proposta de planejamento industrial que abranja a totalidade da indústria na região, ou que trabalhe, com mais eficácia, sobre as articulações entre diferentes segmentos do setor industrial.

Em síntese, as perspectivas de uma política industrial são, basicamente, desfavoráveis enquanto se apoiam em previsões do comportamento da indústria na região; e são desfavoráveis em termos da própria política industrial, no que ela pode invocar ou resgatar um modelo industrial regional pertinente nas condições atuais de desempenho da indústria no país em seu conjunto.

4.4 A Concentração de Capital e a Capacidade de Produção

Sem dúvida, no período de 1960 a 1980 houve progressos na concentração de capital no Nordeste. São progressos que têm levado diversos observadores a insistir na importância das mudanças nos níveis gerais - ou médios - de vida na região. Mas se trata somente de aumentos na quantidades de capital instalado, em conjuntos de capital social básico, na agricultura e na indústria, que não foram avaliados por seu significado como capacidade de produção. Isso quer dizer que o aumento aparente das quantidades de capital existente no Nordeste não tem, necessariamente, uma correspondência com a capacidade de produção na re-

gião, que constitua uma autêntica mudança estrutural. Por exemplo, os investimentos na preparação de terras para pecuária somente atingem sua expressão econômica quando recebem em proporção equivalente; e os investimentos em distritos industriais somente têm aproveitamento econômico adequado quando são plenamente correspondidos pela presença de empresas que neles se localizam, etc.

É uma observação que também se estende às combinações de estradas com distritos industriais e com localização industrial urbana, nível, no qual se torna ainda mais evidente a insuficiência das análises desenvolvidas apenas em termos de engenharia de projetos.

Por fim, há uma situação a ser considerada: de se julgar quais são as conseqüências de ampliação de capacidade de produção que podem ser identificadas como resultado de ampliação de capacidade de produção, conseqüente a investimentos realizados. Em casos como da expansão da capacidade de produção de álcool, é uma capacidade de produção completamente articulada com uma demanda extra-regional, que tampouco pode ser considerada como base para uma reestruturação da economia da própria região produtora.

4.5. O Emprego

No âmbito do subdesenvolvimento do Nordeste, a questão da ocupação da força de trabalho e da remuneração familiar real é o tema dominante. As cifras globais de emprego formal aumentam ao longo dos anos. Entretanto, não há dúvida que a ampliação do setor informal é muito maior e mais complexa que o crescimento do emprego formal. Agora a questão se coloca em termos de mudanças nas inter-relações entre o emprego formal e o informal, de como estas mudanças afetam o meio urbano e o rural e de como, portanto, é possível interpretar a situação da ocupação no quadro regional.

É fundamental apontar a função que cumprira, habitualmente, o setor informal, de absorver as margens de desemprego formal. O maior subdesenvolvimento desta região, frente à metade Sul do país, levava a funções bem definidas de seu informal urbano, de dever processar o desemprego na forma de crescimento inchado das cidades grandes (em parte como alternativa ao esgotamento da fronteira agrícola do Sul).

Esta situação mudou com a reversão de fluxos de migrantes para as cidades do Nordeste; e agravou-se na década de 1970, com o aumen

to da pressão sobre a terra nos Estados do Sul, que passaram a mandar crescentes levas de colonos para as fronteiras agrícolas do Nordeste, do Centro e do Norte.

Assim, a pressão total de desemprego na região aumenta e diminuem as possibilidades de que a economia urbana nordestina - com um componente informal cada vez maior - possa processar o desemprego regional. (Observa-se que os mecanismos de criação de emprego informal - comércio, produtores independentes e construção civil precária - dependem das dimensões do mercado formal que, em última análise, transfere a renda que o sustenta).

É necessário apontar o fato básico de que o desemprego no Nordeste, não só não é precipitado pelo ciclo recessivo, como tem raízes agora mais claramente articuladas com a pressão da terra, ou melhor, com a questão agrária nacional.

O esgotamento das possibilidades de emprego real, que podem advir da ampliação do setor informal nordestino, pode ser identificado com a impossibilidade de ampliar-se o mercado regional mais além dos impulsos de crescimento integrados com o movimentos gerais da economia nacional.

Em outras palavras, o aprofundamento da integração do Nordeste, como subsidiário, na expansão do capitalismo da economia nacional implica numa perda da capacidade que antes tivera, responder diretamente aos movimentos de expansão da economia mundial.

Mais precisamente, o próprio adiantamento da economia do Centro-Sul estabeleceu novos, e cada vez mais complexos, mecanismos de mediação entre o Nordeste e o exterior, em que as vantagens de impulso do crescimento da economia mundial ficam concentradas na porção mais industrializada do País e as desvantagens dos movimentos recessivos são transferidas para a porção menos industrializada do país, via mecanismo de capacidade ociosa e de diferenciais internos de preços.

Ao nível da atuação do setor público estadual e local, esse estreitamento das perspectivas de emprego no Nordeste tem, ainda, o efeito perverso de induzir a aceitar quaisquer gastos e investimentos que possam ser realizados a curto e médio prazo, para reduzir essa pressão crescente por emprego.

Assim, convergem elementos que propiciam a perpetuação de

sequências de investimentos que não representam as melhores opções para reestruturar a economia da região, ou ao menos, para garantir a sustentação de suas linhas tradicionais de atividades. Acentuam-se as bem conhecidas dificuldades para modificar o perfil dos investimentos, seja introduzir novas linhas de atividade, seja para modificar as condições de operação das linhas de atividade tradicionais.

5. BASES PARA RECOMEÇAR A PENSAR NO NORDESTE

Parece haver poucas dúvidas sobre a necessidade de retormar algumas reflexões sistemáticas sobre os problemas sociais do Nordeste. Essas reflexões não podem mais ficar ao nível das manifestações externas do subdesenvolvimento, mas devem encarar as alternativas de transformações social e econômica, que sejam coerentes com a posição relativa desta região no contexto das transformações do Brasil em seu conjunto.

É evidente que a falta de opções significativas (significativas no sentido de idôneas para deslocar a posição de subdesenvolvimento do Nordeste), nas últimas décadas, tem contribuído para reativar as teses dos primeiros anos da década de 1950, que identificavam a agudização do desemprego com o êxodo rural.

Pior ainda, esta ausência de alternativas competentes de políticas regional desloca a discussão dos problemas regionais de desenvolvimento para uma posição meramente reflexa de uma explicação das transformações da economia brasileira, que se estrutura a partir de uma percepção articulada desde o Centro-Sul que, realmente, identifica as possibilidades de desenvolvimento do País com as opções de consolidação e desenvolvimento da economia da região econômica de São Paulo.

Na primeira metade da década de 1980, já está bem claro que o Nordeste enfrenta um problema de emprego que se identifica muito mais com uma questão de condições básicas de vida, que com qualquer proposta de simples distribuição da renda. O próprio fato de ter "chegado tarde" à industrialização e assim, de não ter aproveitado a substituição de importações, pôs o Nordeste deste na necessidade de outra saída, alternativa à industrialização ortodoxa.

Também está claro que os elementos de substituição e desarticulação da economia rural, como a pecuarização com pouco rebanho e suas consequências de deslocamento de população rural, mostram a necessidade de novas propostas de desenvolvimento rural.

Assim, torna-se evidente a perda de sentido do raciocínio econô-

mico baseado numa linguagem globalista que apenas se abre em dois ou três setores e continua falando da agricultura, realmente, como um setor de apoio da indústria. O raciocínio global "ex post hoc" deve ser substituído por uma discussão das modalidades de funcionamento da economia regional, que permita abordar as questões relativas ao conteúdo social das transformações econômicas.

Nessa linha de preocupação, por exemplo, substitui-se a discussão sobre o desempenho macroeconômico da agricultura por uma outra, de análise da economia rural, em que os resultados de produção são concomitantes com os movimentos de concentração ou desconcentração da propriedade fundiária, em que se analisam cooperativas de produção em forma paralela à análise da disponibilidade de alimentos.

Paralelamente, consideram-se as questões do emprego urbano como parte de um perfil de atividades econômicas e, assim, deixa-se de considerar a construção civil como uma atividade autônoma das formas de organização social da produção de habitação, ou das formas institucionalizadas de produção do capital social básico urbano que acompanha a habitação. A própria significação do setor informal urbano no Nordeste indica que o tratamento dos problemas sociais que o afetam devem ser resolvidos com seus próprios mecanismos e não isolando seus diferentes componentes.

Em síntese, essa nova maneira de indicar uma "real escassez de capital" — por oposição à idéia geral de um capital escasso — sugere procurar alternativas de política que valorizem objetivos sociais de organizações, em conjunto com os objetivos econômicos de produção. Na prática, isso pode significar uma prioridade ao planejamento de sequências integradas de produção, em lugar do planejamento dos setores tradicionais. Pode significar o planejamento econômico e social de uma planta agropecuária e agroindustrial integrada, em lugar de um planejamento orientado por quantidades de produção de determinados produtos agropecuários e agroindustriais, isolados entre si. Ainda, isso pode significar um planejamento urbano integrado, que substitui o estudo dos problemas de cidades isoladas pelo de conjuntos de cidades, etc.

A superação do conceito tradicional de setores significa, também, um conceito de financiamento do desenvolvimento, em que se substitui a noção orçamentária regular de manejo de recursos, pela idéia do esforço social implicado em cada programa ou plano de desenvolvimento. É notório, por exemplo, que a produção de moradia e a "produção" rural são bem superiores às cifras de produção que chega a mercado. Na medida em que se consiga integrar o esforço local, deverá também, se pos-

sível, realizar algumas metas sociais mais urgentes e, talvez, pelo menos em parte, revisar as idéias acerca dos objetivos regionais de desenvolvimento. São apenas aspectos de um tratamento mais ou menos técnico do problema. Mas têm, talvez, a virtude de indicar que o tratamento mais ou menos técnico do problema. Mas têm, talvez, a virtude de indicar que o tratamento técnico também pode ser socialmente significativo e, como tal, oportuno e necessário.



TRABALHOS REALIZADOS NO CURSO DE
MESTRADO EM ECONOMIA DA UFBA.

A - TESES DE MESTRADO

"Industrialização e Incentivos Fiscais na Bahia: Uma Tentativa de Interpretação Histórica"
Autor: José Sérgio Gabrielli de Azevêdo
Ano: 1975

"Avaliação Social de Custo-Benefício da Atividade de Exportação do Cacau Brasileiro na Forma de Produtos Derivados"
Autor: Aurélio Farias de Macêdo
Ano: 1976

"A Oferta de Fumo no Estado da Bahia: Discussão dos Modelos de Defasagens Distribuídas"
Autor: José Murilo Philigret de Oliveira Baptista
Ano: 1977

"Custo de Vida na Cidade de Salvador"
Autor: Geraldo Dias de Brito
Ano: 1977

"As Características das Microempresas em Salvador"
Autor: Fernando da Silva Sant'anna
Ano: 1977

"Migração e Subemprego em Salvador"
Autor: Guaraci Adeodato Alves de Souza
Ano: 1977

"Produtividade Comparativa do Capital entre Grandes e Pequenas Propriedades Rurais no Município de Cruz das Almas-Ba."
Autor: Almir Ferreira dos Santos
Ano: 1977

"Análise da Produtividade e Utilização dos Fatores na Avicultura de Corte do Distrito Federal e Municípios Adjacentes"
Autor: Sérgio Augusto Cibreiros de Souza
Ano: 1977

"A Intervenção Planejada do Estado: Uma Interpretação do Caso Baiano"
Autor: Celeste Maria Pedreira P. Baptista
Ano: 1979

"Salários, Preços e Mobilidade do Trabalho em Dez Micro-Regiões do Estado da Bahia"
Autor: José Bezerra de Araújo
Ano: 1979

"Ocorrência de Classes Sociais no Meio Rural do Estado da Bahia"
Autor: Flávio Borges Botelho Filho
Ano: 1979

"Avaliação das Exportações Tradicionais Baianas; Caso de Sisal e Mamona".
Autor: Isaias Coelho
Ano: 1979

"O Custo Social do Trabalho na Região Metropolitana de Salvador"
Autor: José Onofre Gurjão Boavista da Cunha
Ano: 1979

"Linhas de Financiamento Recentes e sua Utilização pelo Setor Industrial Baiano"
Autor: Eliecir Rodrigues Fidelis
Ano: 1979

"Rendas Regionais"
Autor: Hamilton da Silva Freitas
Ano: 1979

"Salários em Nove Ramos da Indústria de Transformação da Bahia: algumas reflexões"
Autor: Antonio Wilson Ferreira Menezes
Ano: 1979

"A Capacidade de Endividamento do Estado e o Desenvolvimento Econômico: O Caso da Bahia"
Autor: Daniel Marinho da Silveira
Ano: 1979

"Planejamento Estatal no Brasil e Desenvolvimento Regional: um Estudo da Industrialização do Nordeste no Período de 1960/1976; Abordagem da Teoria e da Prática do Desenvolvimento Regional em uma Economia de Mercado Periférico."
Autor: Luis Coelho de Araújo
Ano: 1980

"Investimentos Públicos e Especulação Imobiliário em Áreas de Expansão Urbana" Litoral Norte - Um estudo de Caso"
Autor: Nilo Coelho de Araújo
Ano: 1980

"Análise Comparativa da Fragilidade das Pequenas e Médias Empresas em Relação às Grandes Empresas na Bahia: Estudo Conjuntural de 361 empresas, nos anos de 1975 e 1976 e 1977."
Autor: Paulo Raimundo Almeida de Brito
Ano: 1980

"Avaliação do Diferencial de Renda entre Graduados e Pós-Graduados em uma População de Economistas; O caso dos diplomados pela UFBA."
Autor: Luis Alberto Bastos Petitinga
Ano: 1980

"Avaliação da Política Comercial das Exportações Brasileiras: O Caso do Cacau e do Fumo na Bahia"
Autor: José Carlos Almeida da Silva
Ano: 1980

"Crédito Rural e Pequena Produção em Tucano (Ba.)"
Autor: Paulo José Simões de Amorim
Ano: 1981

"O Programa UNOS: Um Instrumento Eficiente de Apoio às Micro - Empresas Algumas Evidências"
Autor: Lielson Antonio de Almeida Coelho
Ano: 1981

"O Modelo de Sraffa"
Autor: José Carrera Fernandez
Ano: 1981

"Análise em Cross-Section de Orçamentos Familiares"
Autor: Dionísio Gomes do Carmo Neto
Ano: 1981

"O Mercado do Feijão — Oferta, Demanda e Intercâmbio Comercial"
Autor: Romeu Salaro
Ano: 1981

"Agroindústria Açucareira do Estado de Alagoas, sua Importância Sócio Econômica e Absorção de Mão-de-Obra".
Autor: Lívio Andrade Wanderley
Ano: 1981

"Função de Produção CES Geral: Caso da Indústria de Transformação de Santa Catarina"
Autor: Pedro Paulo Hugo Wilhelm
Ano: 1981

"A Intermediação Financeira na Política Habitacional Brasileira"
Autor: Oswaldo Ferreira Guerra
Ano: 1982

"A Produção Doméstica"
Autor: Elaine Figueira Norberto Silva
Ano: 1982

"Diferenciais de Preços e Subordinação: Um Estudo da Comercialização do Café na Chapada Diamantina"
Autor: Luis Antonio Mattos Filgueiras
Ano: 1982

"Um Estudo de Política Monetária: A Interpretação de Brunhoff"
Autor: Hamilton de Moura Ferreira Júnior
Ano: 1982

"Diferenciações dos Fatores Associados com as Finanças Municipais — O Caso dos Municípios do Estado da Bahia"
Autor: Raymundo José Alves Badaró
Ano: 1982

"Tarifa Horo-Sazonal e Programa para Baixa Renda; Dois Aspectos da Energia Elétrica na Bahia"
Autor: Antonio Raymundo Tavares Ferreira
Ano: 1983

"Função de Produção CES Geral: Caso da Indústria de Transformação do Estado da Bahia"
Autor: Adailton Santana dos Santos
Ano: 1983

"Caracterização e Dinâmica das Transformações Ocorridas na Base Tecno-Econômica do Agro Baiano na Década 1970-1980"
Autor: Antonio João da Silva
Ano: 1983

"Avaliação dos Subsídios ao Crédito na Produção: O caso do Sub-sistema Agrícola Cacau"
Autor: Marcus Venicius Barreto de Magalhães
Ano: 1983

B - TEXTOS PARA DISCUSSÃO

01. SIMÕES, Jairo - Evolução Recente da Economia Baiana-vol.22, UFBA. 1978.
02. MUSALEM, Alberto Roque - Monetary Disinflation, Intervention Criteria, Spread and Non Traded Goods, julho/1980.
03. _____ - Política de Subsídios e Exportações de Manufaturados no Brasil. agosto/1980
04. DAMÁSIO, João - Notas Introdutórias do Capitalismo: Monopolista: Um Comentário - 1981.
05. MUSALEM, Alberto Roque - Salário Real, Produtividade, Emprego e Preço Relativo dos Manufaturados no Brasil. maio/81.
06. _____ - Nontraded Deficit Finance in a General Equilibrium Model of Production the case of Argentine. agosto/1981.
07. PEDRÃO, Fernando Cardoso - Problemas de Teoria da História da Teoria Econômica - 1981
08. DAMÁSIO, João - Sraffa e os Postulados da Teoria Neoclássica. mimeo. Salvador/1981. (2ª versão em 1984).
09. _____ - Technical Progress in Brazilian Manufacturing - 1981
10. ALMY, Susan Whitin - Continuará o Camponês da Sociedade Urbanizada? mimeo. 1981
11. MUSALEM, Alberto Roque - The Real Exchange Rate: Testing the Overshooting Hypothesis in Argentina and Brazil , abril/1982.
12. _____ - O Regime Drawback nas Exportações de Manufaturados e a Balança Comercial do Brasil-julho/1982.

13. DAMÁSIO, João - Dynamics in Input-Output Analysis: Deterministic Models or "Ex-Post" Comparison? - agosto/1982.
14. MUSALEM, Alberto Roque - Política Comercial e Distribuição no Brasil - outubro/1982.
15. PEDRÃO, Fernando Cardoso - Metropolização e Urbanização na Bahia - 1982.
16. ROSINGER, Jean Luc - Um Reexame do Problema da Transformação: A "Solução" Duménil-Lipietz" - 1982
17. _____ - Exercícios com o Setor Verticalmente Integrado. mimeo - 1983
18. PEDRÃO, Fernando Cardoso - A Competitividade da Indústria no Nordeste - 1983
19. MUSALEM, Alberto Roque - A Model of the Real Exchange Rate and Current Account Determination: The Estimates for Brazil - fevereiro/1983.
20. _____ - Devaluation, Debt Financing, the Current Account and Non Traded Goods - abril/1983
21. DAMÁSIO, João - Sraffa and the Inverse Transformation Problem: An Empirical Experiment to Brazil 1969 - junho / 1983
22. MUSALEM, Alberto Roque - The Current Account and Nontraded Goods in a Simple Macroeconomic Model for Latin American Countries: The Estimates for Brazil. setembro/1983
23. ROSINGER, Jean Luc - Taxa de Mais-Valia, Trabalho Comandado e Taxa de Lucro: Uma Abordagem Funcional - 1984
24. PEDRÃO, Fernando Cardoso - Mito e Realidade Histórica do Progresso - 1984.

25. SIMÕES, Jairo - As Quatro Crises da Economia Brasileira-1984
26. ELLIOTT, Howard & MAIA, José Afonso Ferreira - O Programa de Estudos Econômicos e Sociais das Regiões "Semi-Áridas" do Estado da Bahia - outubro - 1984.
27. MENEZES, Antonio Wilson Ferreira - Notas sobre o Trabalho Produtivo em Marx e Organização Social do Trabalho sob o Capital Produtivo. outubro/1984.
28. PEDRÃO, Fernando Cardoso - As Bases Conceituais da Análise Social Regional - outubro/1984.
29. PEDRÃO, Fernando Cardoso - A Posição do Nordeste na Economia Nacional - 1984.

C - TEXTOS DIDÁTICOS

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli - Survey on the Theory of State: A Skeptical Point of View - Salvador - 1980

DAMÁSIO, João - O Modelo de Sraffa - 1981

_____ - Uma Periodização Provisória do Desenvolvimento das Relações de Produção Capitalista no Brasil. Salvador/82.

_____ - Vinte Problemas Teóricos sobre Desenvolvimento e Dependência. mimeo. Salvador/1982.

D - RELATÓRIO DE PESQUISA

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli - Empresas Estatais Baianas; Avaliação de Desempenho. mimeo. Salvador, 1981.

PEDRÃO, Fernando Cardoso & ALMEIDA, Rômulo Barreto - Avaliação dos Parâmetros de Colonização do Alto do Turi-Ma. mimeo/1982.

MARQUES, Carlos Alberto Gentil, CUNHA, J.O.G.B., ELLIOTT, Howard - Análise Comparativa do Mercado de Trabalho Nordestino Usando Dados do Sistema RAIS - junho/1983.

PEDRÃO, Fernando Cardoso - A discussão Regional da Economia no Desenvolvimento - 1983.

MAIA, José Afonso Ferreira, Coord.- A Região de Irecê: Elementos para uma Avaliação das Perspectivas e Problemas de Desenvolvimento. Salvador, UFBA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Estudos Econômicos e Sociais das Regiões Semi-Áridas do Estado da Bahia, maio 1984. (Projeto de Estudos do Sistema Produtivo da Região do Baixo de Irecê e Adjacências, 1).

E - LIVROS

WHITIN, Susan Almy - Pesquisa na Economia Brasileira: Uma Contribuição Metodológica. Gráfica Arco-Iris, Salvador/1983-100 páginas.

COUTO, Vitor Athayde - Cinco Anos de Políticas Agrícolas Questionando a Prioridade - Salvador, FAEB - 1984 - 71 páginas.

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

END.: Praça da Piedade, 06

Centro-Fone: 241-1522/1552

CEP - 40.000

Salvador - Bahia



